



CONSCIÊNCIA, RACISMO E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

CONSCIOUSNESS, RACISM AND BEHAVIOR ANALYSIS

Alan Gabriel Ribeiro da Silva ¹
Angelo Maurício de Amorim ²

Manuscrito recebido em: 11 de junho de 2022.

Aprovado em: 07 de janeiro de 2023.

Publicado em: 09 de julho de 2023.

Resumo

Introdução: O racismo se constitui no nosso país de maneira estrutural, tendo sido um dos pilares da construção das nossas relações e se mantendo determinante até hoje na desigualdade social, econômica e na saúde mental da população negra. Parte do racismo à brasileira consiste na constante negação do racismo, mesmo frente às iniquidades inegáveis ao compararmos a situação social de negros e brancos. Sob a ótica da Análise do Comportamento, o conceito de consciência é tomado enquanto uma capacidade de compreensão do mundo e do próprio comportamento, e são refletidas neste trabalho as implicações de uma concepção da consciência como um produto social no contexto das relações raciais brasileiras. **Objetivo:** analisar os processos da consciência racial a partir da Análise do Comportamento. **Método:** Revisão Narrativa de abordagem qualitativa, no qual foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos científicos, livros, referência técnica do Conselho Federal de Psicologia e base de dados do governo federal. **Resultado:** foram descritos efeitos psicológicos decorrentes do racismo, mudanças do desenvolvimento de uma consciência acerca da discriminação racial, contribuições Analítico Comportamentais no enfrentamento do racismo e cuidados a serem tomados por parte de profissionais da Psicologia. **Conclusão:** Existem ambiguidades decorrentes da consciência racial. Como benefícios a maior possibilidade de contracontrole e organização social em busca de igualdade. Como prejuízos os sentimentos de desesperança, paranoia, baixa autoestima e aversão a dados ambientes.

Palavras-chave: Racismo; Consciência; Análise do Comportamento Aplicada; Saúde mental.

Abstract

Introduction: Racism in our country is structurally constituted, being one of the pillars in the construction of our relations and remaining a determining factor in social and economic inequality and in the mental health of the black population to this day. Part of Brazilian racism consists in the constant denial of racism itself, even in the face of undeniable inequities when comparing the social situation of blacks and whites. From the perspective of Behavior Analysis, the concept of consciousness as an ability to understand the world and behavior itself was observed, as well as the implications of the conception of consciousness as a social product in the context of Brazilian racial relations. **Objective:** to analyze the processes of racial consciousness based on Behavior Analysis. **Methods:** Narrative Review with a qualitative approach, in which a bibliographic survey of scientific articles, books, technical references from

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8848-5898> Email: alan.rib98@gmail.com

² Doutor em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente na Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8477-7452> Email: amamorim@uneb.br



the Federal Council of Psychology, portal texts and federal government databases was carried out. **Result:** psychological effects resulting from racism, changes in the development of an awareness about racial discrimination, Behavioral Analytical contributions in coping with racism and care to be taken by Psychology professionals were described. **Conclusion:** There are ambiguities arising from racial consciousness. As benefits the greater possibility of countercontrol and social organization in search of equality. As damage, feelings of hopelessness, paranoia, low self-esteem and aversion to the given environment.

Keywords: Racism; Consciousness; Applied Behavior Analysis; Mental health.

INTRODUÇÃO

As problemáticas que implicam em diversos grupos populacionais são consequências de marcadores históricos, políticos e sociais. As implicações dos modos de vida na contemporaneidade potencializam e colocam em evidências diversas demandas historicamente construídas que impactam de forma direta e indireta na saúde da população.

Dentre essas implicações, as manifestações racistas decorrentes da época colonial permanecem. Tais manifestações foram, todavia, escamoteadas, construindo no imaginário o Mito da Democracia Racial, uma concepção equivocada de que não existe discriminação ou mesmo preconceito racial no Brasil (Nascimento, 1977).

O Racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento” (Almeida, 2019, p. 32). As formas de manifestação na sociedade ocorrem por meio de “práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertença” (Almeida, 2019, p. 32).

Buscando compreensão do racismo não apenas em uma concepção individualista, mas como uma estrutura que fundamenta ações tanto individuais quanto institucionais; reconhece o potencial da Análise do Comportamento, abordagem da Psicologia fundada por Burrhus Frederick Skinner, como possibilidade de elucidar questões sobre a temática.

Para a Análise do Comportamento, o comportamento humano pode ser compreendido à luz de um modelo científico. Esta abordagem está dividida em três subáreas: o Behaviorismo Radical, a Análise Experimental do Comportamento e a Análise Aplicada do Comportamento (De Carvalho Neto, 2002).



O Behaviorismo Radical, filosofia que embasa a Análise do Comportamento, é uma potente ferramenta para compreensão e transformação social, o que levanta o questionamento de como o Behaviorismo pode contribuir para a discussão racial (Holland, 1979; 2016; Skinner, 2003; 2011).

Apesar da urgência de se estudar relações raciais, existe uma escassez do debate na Análise do Comportamento (Mizael et al 2019), mesmo com o entendimento de que essa abordagem tem um papel de promoção de um bem-estar social. Além de serem poucos os trabalhos existentes, boa parte destes está em inglês, o que restringe o acesso e ainda não se refere ao contexto brasileiro.

Consciência, sob uma ótica Analítico-Comportamental, é nada além de um comportamento (Costa & Gallo, 2019). Assim, concepções que entendem consciência enquanto uma entidade ou estrutura imaterial, estão em desconformidade com tal abordagem, que concebe consciência como a capacidade de compreender e, por vezes, descrever aspectos do mundo exterior e do próprio sujeito.

A Consciência Negra pode ser entendida enquanto a percepção da necessidade de uma busca pela liberdade da população negra (Biko, 1971), uma ação conjunta contra as desigualdades instauradas ao longo da história e busca resgatar o orgulho da comunidade negra, seus valores, cultura e religiões.

Desta forma, se ampliar a consciência consiste em um maior contato com o mundo ao nosso redor (Skinner, 2011), estariam as pessoas negras conscientes da discriminação racial em um maior contato com a violência, logo, em maior sofrimento?

Os objetivos do presente trabalho são: analisar os processos da consciência racial a partir da Análise do Comportamento e identificar possíveis prejuízos e benefícios à saúde mental da população negra a partir da consciência racial.

MÉTODO

O presente trabalho se constitui enquanto uma Revisão Narrativa, caracterizada pela busca ampla e discussão de determinado tema, sem esgotar a temática, mas com a função de aprofundar o debate lançando um novo olhar sobre o assunto (Rother, 2007; Mattos, 2015). Para a construção deste texto, foi feito um levantamento bibliográfico utilizando artigos científicos das bases de dados Periódicos CAPES, Scielo, livros e produções de referência técnica do Conselho Federal de Psicologia.



A pesquisa é de abordagem qualitativa, compreendida enquanto um método que prioriza o aprofundamento sobre um tema à quantificação do objeto de estudo (Gerhardt & Silveira, 2009). Comumente utilizado para o estudo de fenômenos que não são quantificáveis, o que se enquadra na proposta deste trabalho, que visa compreender possíveis mudanças na vida de pessoas negras em consequência da consciência racial, mudanças essas que podem ser refletidas de forma subjetiva, não podendo ser quantificadas.

Este trabalho é de caráter exploratório (Gerhardt & Silveira, 2009), pois visa discorrer sobre o assunto da consciência racial, tornando-o mais familiar tanto na Psicologia, quanto mais especificamente na Análise do Comportamento, que carece de estudos referente às Relações Raciais (Mizael et al 2019).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO E OS EFEITOS PSICOLÓGICOS

O racismo é um fenômeno social multifacetado, e que pode se apresentar de diversas maneiras e em espaços distintos (Almeida, 2019). Em decorrência da sua amplitude e do seu caráter histórico, o devemos compreender também de maneira profunda cada uma de suas expressões, a fim de combater suas conseqüentes iniquidades.

O conceito de Raça apresentou transformações ao longo dos séculos, inicialmente biologicista, referente a uma categorização de seres humanos com características físicas diferentes, foi utilizado como explicação para uma suposta superioridade intelectual e moral de brancos em comparação com outros grupos raciais e justificou processos colonizadores, massacres (Almeida, 2019), utilizado inclusive pela igreja católica na aculturação de povos africanos e indígenas (Nascimento, 1977).

Muitos foram os autores que a partir deste determinismo biológico, defenderam uma inferioridade da população negra e criticaram a miscigenação, por entenderem que esta resultaria em uma degeneração moral da população, tendo como exemplos o médico Nina Rodrigues e o psiquiatra Cesare Lombroso (Almeida, 2019; Carneiro, 2015).



Com os avanços da biologia e a comprovação da inexistência de diferenças entre grupos étnico-raciais, houve um embate ao racismo científico presente na academia e hoje podemos compreender o conceito de raça enquanto “*um elemento essencialmente político*, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico.” (Almeida, 2019, p.31).

Desta forma, argumentar a inexistência do racismo baseado na inexistência de diferentes raças, em sua concepção biologicista, com o intuito de mitigar esforços de movimentos sociais não se sustenta, tendo em vista o caráter sociopolítico do conceito. Apesar da obrigatoriedade de abordagens educacionais sobre história e cultura africana e indígena oriundas da lei 10645/2011, os desafios para implementação de pautas decoloniais precisam romper caráter disciplinar e se vincular a atitudes no cotidiano escolar por todos envolvidos (Borja & Pereira, 2018).

Na sequência serão apresentadas algumas tipologias de racismo e suas implicações nos modos de vida da população: racismo estrutural, racismo institucional, racismo interpessoal, racismo recreativo, mito da democracia racial e os efeitos psicológicos do racismo.

No que tange ao **Racismo Estrutural** e conhecendo as relações históricas do Brasil, podemos compreender o que faz o racismo ser classificado como estrutural. O racismo estruturou a nossa sociedade, influenciou nossas relações políticas, econômicas, jurídicas, afetivas, familiares (Almeida, 2019), foi e é transmitido de maneira transgeracional por séculos.

Dessa forma, compreende-se o racismo não como um desvio de conduta, uma anomalia ou patologia social, mas como decorrente da própria estrutura. Ou seja, o racismo é normal, não em um sentido de que ele é certo ou justificável, mas na concepção de que ele é a norma, perpassa por todas as relações sociais, as constituindo, as fundamentando. Desta forma, entender o que faz o Racismo ser estrutural nos faz observar que “... racismo é regra e não exceção” (Almeida, 2019, p.50).

Uma ressalva importante é que ser estrutural não torna o racismo incontornável (Almeida, 2019), apenas mais difícil de ser combatido. Políticas institucionais antirracistas, repúdio moral, representatividade, responsabilizações jurídicas de atos discriminatórios são todas ações fundamentais, mas será necessária toda uma mudança sociocultural para dar fim a esse problema.



O **Racismo Institucional** consiste na organização e ação do Estado, em suas políticas públicas e instituições, além de instituições privadas, que visam produzir e reproduzir a hierarquia racial (Werneck *et al* 2013). Tais ações se refletem na desigualdade social e econômica enfrentada pela população negra, em especial as mulheres, restringindo oportunidades e negando direitos.

As instituições reproduzem discriminações, sendo responsável dessa forma pela manutenção da ordem social racista. Diferenciando o conceito de Racismo Estrutural e Racismo Institucional, Silvio Almeida (2019, p. 47) afirma “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos”.

Mizael e Sampaio (2019) elencam exemplos que expressam o racismo perpetrado institucionalmente, como por exemplo o acesso a atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), taxa de mortalidade de mães e bebês, a utilização ou não de anestesia durante procedimentos cirúrgicos, a diferença salarial e cargos ocupados em empresas privadas, além dos homicídios praticados pela polícia nos quais 79% das vítimas são negras.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Ethos em parceria com a ONU Mulheres (2016), foi analisado o perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil. Nessa pesquisa, foi averiguada a hierarquia racial presente no nosso país já que, enquanto negros representam 57,5% dos estagiários, compõem apenas 4,7% do Quadro Executivo e 4,9% do Conselho Administrativo. Podemos observar como a ascensão dentro de empresas é barrada para pessoas negras e dessa forma, para Cida Bento (Instituto Ethos, 2016), faz-se necessária a criação de ações afirmativas para garantir uma distribuição mais justa e equivalente com o perfil racial do Brasil, assim como

a colocação do dado cor/raça nos cadastros, que é amparada por sólidos marcos legais, deve ser feita já nos processos de recrutamento e seleção, bem como nas oportunidades de treinamento, de ascensão e de mentoring, de maneira que seja possível identificar quais são os obstáculos presentes nessas diferentes etapas e ultrapassá-los. (Bento, 2016, p.26)

Vale destacar, que existem desigualdades dentro da própria raça, já que as mulheres negras representam apenas 0,5% do Quadro Executivo (Instituto Ethos, 2016), o que torna urgente o combate do racismo em conjunto com o combate às desigualdades de gênero.



O **Racismo Interpessoal** pode ser analisado também no seu âmbito individual, no qual um indivíduo profere ofensas raciais a outro, assim como o agride ou exclui por conta de sua raça (Almeida, 2019). Todavia, compreender o racismo apenas como uma ação individual nos priva de observar o parâmetro mais amplo, no qual observamos fatores sócio-históricos que tornaram possíveis e prováveis que injúrias raciais e outras agressões ocorram. Ao restringir o racismo à sua faceta interpessoal, pessoas que não se entendem como racistas se sentem livres para se eximir de responsabilidade em buscar uma mudança social.

Mesmo sabendo que não se deve individualizar o problema, é importante que não se deixe de combater as ações daqueles que perpetuam o racismo interpessoal. Como aponta Almeida (2019, p. 51) “...pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas.”. Dito isto, compreendemos que é necessário um duplo esforço, tanto para coibir práticas individualizadas, quanto práticas institucionais.

O **Racismo Recreativo** para além de uma mera piada, consiste em um projeto de dominação que visa a manutenção de assimetrias de poder onde, através do humor, expressa e encobre uma hostilidade racial (Moreira, 2019).

As piadas não podem ser compreendidas como ações individuais, já que

[...] o humor não é mero produto de ideias que surgem espontaneamente nas cabeças das pessoas. As piadas que elas contam são produtos culturais, são manifestações de sentidos culturais que existem em dada sociedade. Por esse motivo, o humor não pode ser reduzido a algo independente do contexto social no qual existe (Moreira, 2019, p. 94).

Assim, nos voltamos novamente ao aspecto Estrutural do racismo, onde observamos interrelações complexas e transgeracionais, não meramente ações pontuais e supostamente livres de quaisquer influências.

Através do humor, estereótipos sobre minorias raciais são fortalecidos, são legitimados, grupos são ridicularizados e desrespeitados. Através dos Estereótipos Prescritivos são afirmados quais papéis pessoas negras devem ocupar, quais os limites de sua atuação na sociedade, com os Estereótipos Descritivos são destacadas quais seriam suas supostas características, geralmente depreciativas, difamatórias (Moreira, 2019). Toda essa construção linguística está a serviço de uma desvalorização social deste grupo, nos mais diversos âmbitos.



O **Mito da democracia racial** é decorrente do processo de miscigenação do Brasil. Ao ficar conhecido como um paraíso das raças, alimentou-se uma ideia de que não haveria discriminação e que as diferentes raças/etnias vivem em harmonia no país. Como aponta Carneiro (2015, p.17), o mito da democracia racial, como uma tentativa de desracializar uma população, se baseando na miscigenação, “se presta historicamente a ocultar as desigualdades raciais”.

Entretanto, o que não é explicitado muitas das vezes é que essa miscigenação é, em boa parte, o resultado do abuso sexual de mulheres africanas e indígenas por parte dos colonizadores portugueses (Carneiro, 2015), além de ser consequência de projetos políticos de imigração de europeus, com o intuito de clarear a população, extirpar o sangue negro e indígena dessa terra (Nascimento, 2016).

Mesmo existindo desigualdades perpassando diversos âmbitos da vida da população negra, a narrativa defendida era a de que “somos todos iguais”, logo Nascimento (2016) argumenta que por essa discriminação não ter sido tão explícita quanto nos Estados Unidos, ou legalizada como na África do Sul, criou -se no imaginário social de que não estaria presente.

Munanga (2010) aponta a dificuldade da população brasileira em reconhecer o próprio racismo, o que seria o “racismo à brasileira” ou “racismo sem racistas”, no qual pode-se até admitir a existência do racismo, contrariando o Mito da Democracia Racial, mas de qualquer forma ninguém se reconhece como tal.

Podemos perceber que o racismo perpassa diversas, senão todas, as dimensões da vida da população negra, o que inclui também relações afetivo/sexuais (De Souza, 2009; Messias & Amorim, 2019) nas quais pessoas negras estão sujeitas à hipersexualização, desumanização, sentimentos de inferioridade e solidão, heranças de um período escravocrata.

A intolerância religiosa, entendida como “um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas.” (Nogueira, 2020, p.39), é mais uma das formas de violência sofridas pela população negra, já que são as religiões de origem africana as maiores vítimas de intolerância no país (Brasil, 2019). Seus praticantes são alvo de insultos, agressões físicas e tentativas de homicídio, os terreiros são invadidos, depredados e incendiados, suas crenças são deslegitimadas e demonizadas (Nogueira, 2020).



Se possuímos um fenômeno tão complexo e imbricado em muitas das nossas interações sociais, os problemas decorrentes deste não serão resolvidos a partir de ações simplistas e pontuais. O apelo à uma espontânea “conscientização” coletiva, além de ineficiente (De Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007) nos impede de pensarmos ações mais concretas e substanciais.

Em relação aos **efeitos psicológicos do racismo**, levando em consideração as violências sofridas apresentadas das mais diversas formas e nos mais diversos espaços, podemos observar prejuízos não só em questões econômicas e de acesso a serviços básicos, como também na saúde mental da população negra (Zamora, 2012).

Tendo em vista as diversas influências sociais, seja na mídia, na escola e até na própria família, pessoas negras crescem sendo desvalorizadas, através de ofensas, comparações com pessoas brancas (compreendidas como superiores nesta relação) tanto em aspectos físicos, quanto morais (Zamora, 2012). Pessoas negras são vistas como feias, sujas, além de pouco inteligentes, violentas, indolentes, promíscuas, etc. (Zamora, 2012), todas essas descrições estereotipadas e constantes humilhações e constrangimentos afetam diretamente a autoestima desse grupo (Da Silva, 2004) e geram um sentimento de auto rejeição (Da Silva, 2018).

A violência racial está diretamente ligada também ao desenvolvimento de transtornos psicológicos como Depressão, Ansiedade, Transtorno de estresse pós-traumático, além de ataques de Pânico, dependência química e ataques de raiva (Da Silva, 2018; Da Silva, 2004; Damasceno & Zanella, 2018; Smolen & Araújo, 2017).

Além disso, o número de mortes por suicídios no Brasil é maior entre a população negra (BRASIL, 2018), outros perfis predominantes (independente da raça) são: sexo masculino, adolescentes de 15 a 19 anos, jovens de 20 a 29 anos, adultos de 30 a 35 anos e idosos acima de 75 anos. Segundo o documento produzido pelo Ministério da Saúde e Universidade de Brasília, “O racismo causa impactos danosos que afetam significativamente os níveis psicológicos e psicossociais de qualquer pessoa” (2018, p. 54), dessa forma, racismo e desigualdades sociais geram na população negra uma maior vulnerabilidade psicológica, desencadeando em tentativas e morte por suicídio.



Trindade Coelho e Rios (2022) a partir de práticas no SUS reforçam as problemáticas enfrentadas pela população negra no acesso e participação em estratégias de cuidado em saúde durante intervenções realizadas nas fases de pico da Pandemia de COVID-19 que reforçam a noção de política de morte e extermínio da população negra.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E IMPACTOS DA CONSCIÊNCIA RACIAL

A Análise do Comportamento é uma abordagem da Psicologia, que pode ser dividida em Behaviorismo Radical, Análise Experimental do Comportamento e Análise Aplicada do Comportamento (De Carvalho Neto, 2002). Criada por B. F. Skinner, tem como antecessor o Behaviorismo Metodológico de John Watson (BAUM, 2006). Watson defendia que a Psicologia poderia ser uma ciência natural do comportamento, abandonando dessa forma entidades internas como “mente” ou “inconsciente” para explicar fenômenos comportamentais.

Skinner, diferentemente de Watson, defendia o estudo de aspectos privados por exemplo sentimentos e pensamento, por compreender os mesmos também como comportamentos, logo deveriam ser objetos de análise do Behaviorismo Radical (Baum, 2006), ao mesmo tempo que sustentava a concepção de Watson de que entidades internas não são explicações plausíveis para compreendermos o comportamento humano (Moreira & De Medeiros, 2018; Skinner, 2011).

Muitos foram os autores que influenciaram Skinner no desenvolvimento da Análise do Comportamento, além de Watson, destacam-se Ivan Pavlov, fisiologista russo que estudou comportamentos reflexos em animais; e Charles Darwin, biólogo britânico que propôs a seleção natural como explicação da evolução das espécies (Moreira & De Medeiros, 2018).

O Behaviorismo Radical é o campo filosófico que embasa a ciência do comportamento, nele o comportamento humano é entendido a partir da interação entre o sujeito e seu ambiente (Moreira & De Medeiros, 2018). Vale destacar que “ambiente” para o Behaviorismo não se resume ao mundo físico, é um conceito que se estende ao ambiente social, abarcando também a história de vida da pessoa e sua interação com o próprio corpo.



O Behaviorismo Skinneriano é Radical ao passo que nega radicalmente explicações mentalistas, ou seja, explicações derivadas de entidades internas metafísicas, e é também Radical por buscar a raiz dos determinantes do comportamento (Moreira & De Medeiros, 2018), entendendo explicações mentalistas como superficiais e insuficientes para uma compreensão profunda dos comportamentos humanos.

A Análise Experimental do Comportamento é o braço responsável pela produção de conhecimento de maneira empírica, em contextos artificiais e com variáveis controláveis (De Carvalho Neto, 2002).

Análise Aplicada do Comportamento, por sua vez, é o campo de produção de tecnologias de intervenção e sua aplicação. A prática profissional estaria abarcada por este campo em suas diversas áreas de atuação, seja na clínica, na escola, saúde pública, entre outras (De Carvalho Neto, 2002).

- Consciência

O Behaviorismo Radical se constitui enquanto como uma filosofia monista, ou seja, compreende o ser humano como um todo, não fazendo uma separação entre corpo e mente (Costa & Gallo, 2019), mas apreendendo um sujeito indivisível em constante relação com o mundo.

A Consciência é compreendida aqui enquanto um comportamento, sem atribuir a esta uma constituição imaterial, ou entendê-la como uma agência mental, é a capacidade de entrar em contato tanto com o mundo, quanto com os próprios estados corporais (Costa & Gallo, 2019), assim como descrever de forma pública ou encoberta o que se está fazendo (Machado, 1997; Zilio, 2011). Como afirma Skinner (1980, p.354) na obra *Contingências do Reforço: Uma Análise Teórica*: “estamos conscientes do que estamos fazendo, quando descrevemos a topografia de nosso comportamento. Estamos conscientes de por que o fazemos, quando descrevemos variáveis relevantes, tais como aspectos importantes da ocasião ou o reforço”.

É importante entender que a Consciência, dentro dessa lógica monista e comportamental, é também um produto social (De Rose, 1982). Nós desenvolvemos nossa consciência de si e do mundo a partir das interações sociais, que possuímos



desde a mais tenra infância (Costa, Gallo, 2019). As perguntas que são feitas sobre como estamos nos sentindo, o que pensamos sobre determinado assunto, se estamos com dor, entre tantas outras, nos possibilitam criar tais relações, construir um conhecimento e auto-observação (Sério et al 2009; Skinner, 2011; Skinner, 1980).

Em algumas suas obras Skinner (2011; 1980; 2003) desenvolve a concepção de uma relação indissociável entre a formação da consciência e a comunidade verbal na qual o sujeito se encontra. O autor aponta que diferentes correntes terapêuticas vão estimular descrições diferentes do próprio comportamento (Skinner, 2011) e também que uma comunidade com uma capacidade refinada de descrição do comportamento vai gerar também um alto nível de tal consciência individual (Skinner, 1980).

Considerando assim que a consciência "...depende criticamente do tipo de comunidade verbal ou cultural na qual tem origem" (De Rose, 1982, p. 11), em circunstâncias de constante negação da existência do racismo e narrativa que tenta defender que no Brasil se vive uma harmonia racial (Nascimento, 2016), se torna muito provável que seja produzida uma consciência que é sinônimo de pouca, ou nenhuma, percepção do racismo, assim como suas consequências econômicas, sociais e efeitos psicológicos.

Desta forma, pessoas negras podem ser vítimas de racismo, sem conseguir discriminar que sofreram tal violência. Podem, contudo, sentir seus efeitos, mesmo na ausência de consciência, já que "as contingências de reforço a que estamos submetidos continuam sendo efetivas mesmo quando não temos conhecimento delas" (Hübner & Moreira, 2012, p. 205), ou seja, independentemente de termos uma compreensão da violência sofrida, as consequências desta ainda nos afetam e nos modificam.

A Consciência Racial ou Consciência Negra pode ser entendida como a compreensão do lugar e papel político no qual a pessoa negra está inserida e da necessidade de coalizão deste grupo (Biko, 1971). É defendido por Steve Biko (1971, p.1) que se tenha uma Consciência Negra, pois assim também haverá uma constante busca por emancipação "a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua." E haverá também uma luta contra aqueles que impõem uma subserviência à população negra.



Steve Biko (1971) entende que para existência de uma Consciência Negra, é necessária uma reparação histórica das iniquidades que acometeram a população negra, além do resgate de valores negros, sua cultura, religiões e o orgulho de ser pessoa negra. A concepção de Biko de que ser negro é, para além da cor da pele, uma atitude mental, comunica-se com a visão Neusa Santos Souza (1983), que compreende o ser negro não apenas pela pigmentação, pois é também dependente do conhecimento do processo histórico vivido pelo seu povo, e busca de uma nova consciência, a retomada da sua dignidade, dignidade esta que é incompatível com a aceitação da desigualdade e exploração.

Essa concepção da importância da consciência da violência sofrida dialoga com Skinner (1973, p.81), quando este aponta que “Quando se ocultam ou disfarçam as práticas, o anticontrole se torna difícil; não se distingue de quem se deve escapar ou a quem se deve atacar”. O “anticontra”, também nomeado como “contracontra”, pode ser compreendido como comportamentos de fuga, esquiva, revolta ou resistência, mesmo que passiva (Skinner, 2003). Ou seja, a consciência possibilita ao sujeito sob coerção uma maior possibilidade de suspender tal controle coercitivo, além de ser importante para a solução de problemas (Skinner, 1980).

Todavia, devemos voltar nosso olhar também à saúde psicológica daquelas pessoas que já possuem consciência da violência racial que sofrem (Tavares & Kuratani, 2019). Como afirmou Skinner (2011, p. 133), “Ampliar a consciência que uma pessoa tem do mundo exterior é simplesmente pô-la sob um controle mais sensível desse mundo, como fonte de estimulação.”, dessa forma, tal capacidade de discriminação, no contexto de hostilidade racial em que nos encontramos, acarreta em maior contato com estimulações aversivas, o que pode trazer diversos prejuízos aos indivíduos (Sidman, 2001).

Tomar consciência de diversas desigualdades sofridas pela população negra no contexto brasileiro culmina em se tornar capaz de discriminar violências raciais menos evidentes, o racismo expresso de maneira velada (Lima & Vala, 2004), ou microagressões (Moreira, 2019) e não somente episódios explícitos de racismo interpessoal, mas também na maneira como o racismo atua institucionalmente (Werneck, 2013) e tem implicações em diversos setores como saúde, educação e segurança pública (Mizael & Sampaio, 2019).



Em seu trabalho intitulado “Histórias de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra”, Miriam dos Santos (2014) apresenta o relato três mulheres negras contando as suas histórias e mudanças nas suas vidas a partir da consciência de serem negras e de um maior contato com tradições e conhecimento acerca da história da população negra.

Santos (2014) relata que uma das participantes uma melhora de autoestima e confiança, ligadas tanto a questões relacionadas à aparência, quanto intelectuais e relativas ao trabalho. A autoestima pode ser entendida como o valor atribuído por um sujeito a si mesmo (Francinelli Junior & Dettoni, 2015), como sentimentos eliciados que, a depender da consequência de um determinado comportamento, podem ser de animação, disposição, como podem também ser sentimentos de ansiedade, raiva, vergonha por exemplo (Guilhardi, 2002).

Dessa forma, o conhecimento acerca de construções históricas que definiram o que é o feio e o que é o belo, o que é divino e o que é pecado, quem é superior e quem é inferior, com a aprendizagem de que existe outra perspectiva, outra forma de enxergar o mundo, pode produzir o desenvolvimento de uma alta autoestima (Santos, 2014), um menor contato com o sofrimento, já que a sua aparência, a sua origem, não assumem mais uma função de aversividade (Sidman, 2001).

Contudo, Santos (2014) apresenta relatos sobre as experiências dolorosas e longas no processo de se entender enquanto negra, as muitas críticas recebidas pelas mudanças, inclusive referentes às suas aparências após a transição capilar, sendo essas ofensas dirigidas por familiares e por pessoas que eram suas amigas. Uma participante contou que após entrar para o candomblé, recebeu diversas ofensas do, na época, marido que afirmava que ela estava frequentando um espaço com pessoas de baixo nível; ela também foi questionada por amigas da sua antiga religião (evangélica), foi jogado sal na porta de sua casa e no seu terreiro, como uma forma de afirmar que aqueles espaços possuíam espíritos malignos. Apesar dos ataques, a participante declarou seu sentimento de pertencimento a sua religião que, para ela, é sinônimo de amor, carinho e fé.

Uma das integrantes da entrevista deu ênfase nas violências sofridas na infância, seja com o estereótipo da sujeira, quando os colegas afirmavam que ela possuía piolho e as excluía, seja pelos apelidos depreciativos relacionados a sua cor. Ela relata que entre a infância e a adolescência ela costumava ter sonhos nos quais ela era uma menina branca (Santos, 2014)



No Behaviorismo Radical, os sonhos são entendidos como comportamentos que, como quaisquer outros, são resultados da história de vida do sujeito (Bachtold, 1999; Guilhardi, 1995; Vandenberghe, 2014). Sonhar que se é uma garota branca, sendo negra, pode sinalizar como se tornou aversivo ser uma pessoa negra, em decorrência das diversas violências raciais sofridas, sendo o sonho o único lugar em que a pessoa pode se esquivar da própria cor. Apesar dessa breve leitura, a compreensão dos sonhos depende de um conhecimento extenso da história de vida do sonhador (Bachtold, 1999), sendo assim, analisar um possível significado em sonhar que se é branca, sendo negra, sem conhecer a história de vida da pessoa de forma aprofundada se torna uma hipótese, e não é garantia de uma compreensão fidedigna.

Com tais relatos (Santos, 2014) podemos observar uma certa ambivalência, ao mesmo tempo em que a consciência pode melhorar a autoestima, autoconfiança, ser um primeiro passo para a ocupação de novos espaços, a criação de projetos e novas possibilidades de relações, a consciência racial pode também vir acompanhada de críticas, ofensas, perdas de amizades, prejuízos em relacionamentos, espaços outrora amistosos podem se tornar aversivos.

Em outras palavras, indivíduos que agora possuem uma maior discriminação de contingências aversivas, envolvendo preconceito racial, as quais estavam submetidos, estarão ao mesmo tempo em maior contato com punição, ou seja, aversividade, assim como poderão se comportar de tal forma a se desvencilhar da própria punição e também agir de maneira a garantir reforçadores, isto é, consequências prazerosas e que aumentam as chances de um comportamento ocorrer novamente (Skinner, 2011).

Da mesma forma, novas contingências possibilitam novas construções de autorregras, conceituadas como descrições de contingências, descrições inclusive acerca de si, que foram formuladas ou reformuladas pelo próprio sujeito (Meyer, 2005), logo regras anteriores referentes a Estereótipos Descritivos (Moreira, 2019), podem ser substituídas por autorregras que descrevem a competência, beleza, inteligência do sujeito.



Com o conhecimento acerca da discriminação sofrida, aumentam-se as chances de um enfrentamento político do racismo. Historicamente, diversos grupos foram formados em prol de uma melhora da condição social da população negra (Conselho Federal de Psicologia, 2017), como a Frente Negra Brasileira (FNB), que buscou combater a discriminação racial e criou escolas para a população negra; o Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias Nascimento, que teve como seus propósitos o resgate de uma identidade negra africana, o diálogo com outras etnias e a luta contra o colonialismo na África; e o Movimento Negro Unificado (MNU), que busca uma conscientização e organização social de negros em diversos espaços, nos bairros, terreiros de candomblé e umbanda, escolas, etc., com o propósito de combater a opressão racial, violência policial, desemprego, e de introduzir nas escolas a história da África e da população negra no Brasil, ou seja, luta por uma transformação profunda, radical da nossa sociedade.

Outro marco da luta contra a violência racial foi a Conferência internacional de Durban, na África do Sul (Conselho Federal de Psicologia, 2017), que estabeleceu como alguns dos objetivos reparações às vítimas de racismo e a adoção de cotas raciais e outras políticas afirmativas nas universidades, para garantir o acesso da população negra.

Dentro da Psicologia, por influência dos movimentos sociais, foram criados o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e também o Instituto AMMA PSIQUE NEGRITUDE, visando introduzir nessa área de conhecimento a luta política contra o racismo (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

O documento intitulado Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de Psicólogas/os (Conselho Federal de Psicologia, 2017), é um guia criado para que o debate racial seja realizado de maneira transversal dentro da Psicologia “em cada área, cada prática, cada técnica, independente do profissional ou beneficiário serem negros(as)...” (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p. 105). Um desafio estipulado pelo guia é a formação de profissionais e professores da área sensíveis à temática racial, para que o assunto esteja presente tanto na graduação, quanto em cursos, especializações, etc.



Ainda sobre a luta contra desigualdades, a autora Audre Lorde (2017) sai em defesa da raiva sentida pela população negra, ela afirma ter tido medo de sentir raiva por muito tempo, e ter evitado esse sentimento, mas que isso não a ajudou em nada. Sob a ótica do Behaviorismo Radical (Borges & Cassas, 2009), as emoções exercem um importante papel na compreensão do comportamento humano, já que estas nos fornecem pistas da história de vida passada e contexto presente dos sujeitos. Esta visão está em contato direto com a defesa de Lorde (2017), segundo a qual, a raiva não é um sentimento a ser escondido, mas a sinalização das opressões que pessoas negras, mulheres em especial, são vítimas ao longo de suas vidas.

Lorde (2017) traz também a reflexão de como a expressão da raiva muitas vezes incomoda mais do que as desigualdades que as geraram, o que demonstra a insensibilidade a dor de negras e negros. A raiva é um sentimento que está a serviço da mudança e do progresso (Lorde, 2017), mas não de mudanças superficiais e temporárias, mas de transformações profundas nas bases da sociedade. A raiva não é também resultado de um descontrole, mas a consequência natural do racismo; tal concepção está de acordo com a visão behaviorista radical acerca do comportamento, como nos aponta Matos (1999, p.10-11), para um funcionalista, comportamentos evoluem (isto é, se modificam) porque têm uma função de utilidade na luta pela sobrevivência do indivíduo; evoluem porque de alguma maneira representam um mecanismo de lidar com ambientes complexos.

Logo, é completamente esperado o posicionamento de Lorde (2017, p. 8), quando esta afirma que “Minha resposta ao racismo é a raiva.” A autora busca, a partir da raiva, e da aceitação dela, convocar às pessoas negras a criarem estratégias e lutarem contra a opressão sofrida pelo seu povo.

Retomando a relação da consciência com um maior contato com aversividade, podemos nos debruçar sobre o Racismo percebido (Perceived Racism), entendido enquanto a experiência subjetiva da discriminação racial (Combs et al., 2006). Em um estudo com crianças e adolescentes afroamericanos entre 10 e 15 anos, Nyborg e Curry (2003) investigaram a correlação entre a experiência do racismo e efeitos psicológicos deletérios. A partir de escalas para avaliar o racismo percebido, a desesperança (hopelessness) e a autoestima, foi encontrada uma correlação entre a percepção de um maior número de episódios de discriminação racial (ofensas racistas, ser tratado como criminoso, maus tratos por parte de professores, etc.), a sentimentos de desesperança e baixa autoestima (Nyborg & Curry, 2003).



Outra pesquisa, Combs et al. (2006) encontrou uma correlação em adultos entre o racismo percebido e a paranoia, definida pelo artigo como um modo de pensar caracterizado por suspeita, ressentimento e crenças em um controle externo. O racismo percebido também se relacionou a sentimentos de raiva, hostilidade e culpabilização de terceiros por consequências negativas (Combs et al., 2006).

A partir desses estudos (Combs et al, 2006; Nyborg & Curry, 2003), podemos observar o quadro de vulnerabilidade que pessoas negras podem se encontrar ao entrar em contato experiências de discriminação racial. Isto posto, cabe à profissionais da Psicologia trabalharem para prevenir a violência racial, além de garantirem o amparo e tratamento adequado àquelas pessoas vitimadas pelo racismo, inclusive no que tange aos efeitos do racismo percebido.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ANÁLISE COMPORTAMENTAL CLÍNICA

Como apontado por Gouveia & Zanello (2019), pessoas negras estão susceptíveis a serem invalidadas na clínica psicológica quando trazem suas experiências com o racismo, tendo suas questões minimizadas, ignoradas ou universalizadas, como se o fator racial não interferisse na queixa. Partindo disso, a Análise Comportamental Clínica traz uma contribuição ao defender a Audiência não punitiva que consiste em “uma escuta diferente, que envolve observação atenta ao que o cliente diz, bem como expressão de respeito e compreensão em relação ao que é dito” (Santos, Santos & Marchezini, 2012, p. 139).

Os autores sinalizam também a importância de uma escuta cautelosa, para assim evitar que aspectos importantes para a compreensão do caso sejam negligenciados, bem como a constante auto-observação de terapeutas, já que estes também possuem uma história de vida que trará influências para sua prática (Santos, Santos & Marchezini, 2012).

Tavares e Kuratani (2019) corroboram com a concepção de uma audiência não punitiva, ao afirmarem que diálogos abertos acerca de questões raciais beneficiam o processo terapêutico por garantirem um ambiente de abertura e confiança entre psicólogo e cliente, além de autorrevelações, que também aumentam as chances de vinculação e intimidade. A validação é outro instrumento importante da clínica, ao demonstrar para clientes que seus comportamentos são resultado de sua história de vida (Tavares & Kuratani, 2019).



O Treinamento de Habilidades Sociais (Del Prette & Del Prette, 2018; Tavares & Kuratani, 2019; Ribeiro, 2017) é uma possibilidade interventiva para dirimir efeitos do racismo, como o treinamento da assertividade, da relação com pessoas em situação de autoridade, expressão de sentimentos negativos, entre outras.

A revisão de autorregras é mais uma proposta analítico comportamental (Banaco, 1997), que consiste em uma mudança gradual de autorregras que não são fidedignas às contingências em vigor. Desta maneira, autorregras consequentes de um histórico de hostilidade racial podem ser gradativamente substituídas por novas autoinstruções, através da validação, compreensão da história de vida e pela revisão de autorregras.

No que se refere à diminuição de comportamentos racistas, uma intervenção foi apresentada por Matsuda et al. (2020), a apresentação de “contra estereótipos”, afirmações contrárias ao que é geralmente atribuído a determinados grupos. No entanto, é afirmado que não há garantia de uma mudança a longo prazo ou em contextos diferentes daquele em que a intervenção foi feita.

Matsuda et al (2020) também trazem processos da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) como importantes aspectos a serem trabalhados. O contato com o momento presente proporciona uma maior auto-observação e diminui uma ativação automática de associações negativas.

A aceitação possibilita um engajamento com o presente, sem tentar evitar ou ficar sobrecarregado pelo sofrimento, o que é importante para a redução do preconceito racial por prevenir o que a pesquisadora Robin DiAngelo (2018) chama de Fragilidade Branca, essa incapacidade de lidar com o estresse racial quando um comportamento racista é denunciado. A Desfusão tem como intuito mudar a função dos eventos privados, não estando tanto sob controle destes. O Self como contexto é a habilidade de enxergar a si relativamente separado de pensamentos, lembranças, estando atento ao contexto em que o sujeito se encontra, e está relacionado também há uma tomada de perspectiva e empatia, aspectos importantes na redução de preconceitos. Os Valores podem ser compreendidos como regras que alteram o valor reforçador e punitivo de certos estímulos, logo, construir valores relacionados à redução do racismo, pode direcionar ao último processo que é a ação comprometida, a aplicação, a construção dos passos que irão levar aos objetivos relacionados aos valores.



Uma outra intervenção apresentada pelos autores (Matsuda et al., 2020) foi a de um Treino de Tomada de Perspectiva, em que pessoas foram convidadas a tomar a perspectiva de um Afro-americano tratado de maneira injusta em uma loja de departamento, os participantes deveriam imaginar o que aquela pessoa estaria pensando e sentindo naquele momento. A combinação de intervenções para enfrentar o racismo diário é mais uma das recomendações, utilizando métodos como reforçamento alternativo, reforçamento de socialização com diferentes raças, modelação, entre outras.

É crucial que o racismo também seja combatido institucionalmente, e quanto a violência policial, uma faceta do racismo institucional, Mizael e Sampaio (2019) se dedicam a refletir sobre as abordagens e prisões de pessoas negras por parte da Polícia Militar (PM), enviadas principalmente pela aprendizagem social do preconceito racial e pela “guerra às drogas” direcionadas à população periférica. Os autores apontam como alternativas para tais ações uma distribuição igualitária de abordagem, por exemplo abordando 10 pessoas negras e 10 pessoas brancas, seja em comunidades periféricas, seja em áreas nobres da cidade.

Além disso, é apontada a impunidade de ações ilegais da PM como um dos fatores mantenedores da violência racial (Mizael & Sampaio, 2019), cabendo intervenções também nos demais órgãos da Secretaria de Segurança Pública, a fim de garantir justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ampliação da consciência, foram observadas mudanças nas interações sociais, na autoestima, autoconfiança, espaços outrora aversivos se tornaram mais convidativos e outros locais passaram a representar aversividade. Demonstrando que o maior contato com o ambiente, maior capacidade de compreensão das influências e refinamento da descrição do próprio comportamento, transformam nossa forma de nos relacionar com o mundo à nossa volta.

Foi destacada a ambiguidade consequente da consciência racial, acompanhada tanto de benefícios, como a maior possibilidade de contracontrole e organização social em busca de igualdade, quanto de prejuízos, como sentimentos



de desesperança, paranoia, baixa autoestima em crianças, hostilidade. Apesar do sentimento de raiva ter sido apresentado como um prejuízo por alguns autores, outra autora aponta para o caráter natural da raiva e para a existência desta como potencializador das transformações sociais necessárias.

Frente às violências sofridas pela população negra na clínica Psicológica, é imprescindível que profissionais da Psicologia se apropriem do debate racial e estejam em constante observação dos seus próprios sentimentos e ações, para evitar descasos, negligências e novas violências na sua atuação. A postura de audiência não punitiva é uma abertura para a formação de vínculo e uma oportunidade de autoconhecimento.

Um propósito dessa pesquisa foi contribuir para o debate racial na Análise do Comportamento, abordagem que se propõe a buscar um bem-estar social, que possui base filosófica condizente com uma investigação de fenômenos culturais, mas que infelizmente tem poucas produções acerca do racismo e suas implicações.

Como limitação do estudo, destacam-se os poucos trabalhos encontrados acerca do racismo sob ótica Analítico Comportamental, e também sobre o racismo percebido e sua influência em aspectos psicológicos. Portanto, demonstra-se importante o aumento da produção acerca das temáticas em questão, inclusive intervenções sobre dimensões mais complexas como o Racismo Institucional que foram também escassas.

Ponto relevante neste texto foi a reunião de aspectos teóricos e práticos da Análise do Comportamento para refletir sobre o racismo. Assim, elementos do Behaviorismo Radical sobre a concepção de consciência, a relação desta com as interações sociais foram adicionados às produções da Análise Aplicada do Comportamento a respeito de intervenções de combate do racismo e acolhimento de suas vítimas.

A partir dos achados desta pesquisa, é recomendado que sejam produzidos mais estudos acerca de intervenções em instituições, contribuições da Análise do Comportamento nas políticas afirmativas. Além disso, é de grande importância que sejam realizados (ou reproduzidos) no Brasil estudos sobre racismo percebido, para refletir de maneira mais fidedigna as consequências deste na nossa realidade, que possui uma construção cultural de negação do racismo, o que observamos poder assumir uma influência no desenvolvimento da nossa consciência.



REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Bachtold, L. (1999). Os sonhos na terapia comportamental. *Interação em Psicologia*, 3(1).
- Banaco, R. A. (1997). *Auto-regras e patologia comportamental. Sobre comportamento e cognição*. Santo André: Arbyters.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed.
- Bento, C. *Presença negra nas empresas ainda é um desafio*. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/presenca-negra-nas-empresas-ainda-e-desafio>. Acesso em, v.20, 2016.
- Biko, B. S. (1971). *A definição da Consciência Negra*. Núcleo de Estudantes Negras "Ubuntu". Salvador: Universidade do Estado da Bahia.
- Borges, N. B., & Cassas, F. A. (2009). *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Borja, M. E. L., & Pereira, C. D. (2018). As leis Nº 10.639/03 E Nº 11.645/08: Reflexões a partir do pensamento crítico acerca da colonialidade do saber. *Cenas Educacionais*, 1(1), 242-270.
- Brasil. (2019). *Balanço anual: Disque 100 registra mais de 500 casos de discriminação religiosa*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/balanco-anual-disque-100-registra-mais-de-500-casos-de-discriminacao-religiosa>>. Acesso em: outubro de 2021.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2018). *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf
- Carneiro, S. (2015). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Combs, D. R., Penn, D. L., Cassisi, J., Michael, C., Wood, T., Wanner, J., & Adams, S. (2006). Perceived racism as a predictor of paranoia among African Americans. *Journal of Black Psychology*, 32(1), 87-104.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: o auto.



Costa, P. E. A., & Gallo, A. E. (2019). O conceito de consciência no behaviorismo radical de skinner. 48, 1-9.

Da Silva, M. C. (2018). O impacto do racismo na saúde mental das vítimas. *Psicologia.pt*, 1-11.

Da Silva, M. (2004). *Racismo e os efeitos na saúde mental*. Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org/doc/livro%20ledu/129-132MariaLucia.pdf>.

Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 450-464.

De Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação psicol*, 13-18.

De Carvalho Neto, M. B. D., Alves, A. C. P., & Baptista, M. Q. G. (2007). A consciência como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 27-44.

De Rose, J. C. (1982). Consciência e propósito no behaviorismo radical. *Filosofia e comportamento*, 67-91.

De Souza, R. R. (2009). As representações do homem negro e suas consequências. *Revista Fórum Identidades* 6, 97-115.

Del Prette, Z. A., & Del Prette, A. (2018). *Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada.

Diangelo, R. (2018). Fragilidade branca. *Revista ECO-Pós*, 21(3), 35-57.

Francinelli Junior, C. A.; Dettoni, V. S. de M. (2015). Uma discussão sobre autoestima na perspectiva comportamental: um estudo de caso clínico. Disponível em: https://www.academia.edu/28464255/UMA_DISCUSS%C3%83O_SOBRE_AUTOESTIMA_NA_PERSPECTIVA_COMPORAMENTAL_UM_ESTUDO_DE_CASO_CLÍNICO acessado em 06 de junho de 2021

Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.

Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, 24.

Guilhardi, H. J. (1995). Um modelo comportamental de análise de sonhos. *Psicoterapia comportamental e cognitiva de transtornos psiquiátricos*, 257-268.



- Guilhardi, H. J. (2002). Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. *Comportamento humano: tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor*, 63-98.
- Holland, J. G. (1979). Comportamentalismo: Parte do problema ou parte da solução? *Análise Psicológica*, 2, 317-326.
- Holland, J. G. (2016). Os princípios comportamentais servem para os revolucionários?. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 104-117.
- Hübner, M. M. C., Moreira, M. B. (org.). *Temas clássicos da Psicologia sob a ótica do comportamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012, 2
- Instituto Ethos (2016). *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo.
- Lima, M E O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de psicologia (Natal)*, 9(3), 401-411.
- Lorde, A. (2017). *Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*. *Arquivo Radical*.
- Machado, L. M. M. (1997). *Consciência e comportamento verbal*. *Psicologia USP*, 8, 101-108.
- Matos, M. A. (1999). Análise funcional do comportamento. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 16(3), 8-18.
- Matsuda, K., Garcia, Y., Catagnus, R., & Brandt, J. A. (2020). Can behavior analysis help us understand and reduce racism? A review of the current literature. *Behavior Analysis in Practice*, 13(2), 336-347.
- Mattos, P. D. C. (2015). *Tipos de revisão de literatura*. São Paulo: UNESP, 2.
- Messias, T. L., & Amorim, M. F. P. (2019). Relações afetivas e mulheres negras: objeto sexual ou solidão. *Revista Espirales*, 2(4), 12-35.
- Meyer, S. B. (2005). Regras e auto-regras no laboratório e na clínica. *Análise do Comportamento: pesquisa, teoria e aplicação*, 211-227.
- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Silva, G. J. T. (2019). Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo. *Comportamento em foco*, 9, 120-135.
- Mizael, T. M., & Sampaio, A. A. (2019). Racismo institucional: Aspectos comportamentais e culturais da abordagem policial. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 27(2), 215-231.



- Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Moreira, M. B., & de Medeiros, C. A. (2018). *Princípios básicos de análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Munanga, K. (2010). Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb*, 12, 169-203.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA.
- Nogueira, S. (2020). *Intolerância religiosa*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Nyborg, V. M., & Curry, J. F. (2003). The impact of perceived racism: Psychological symptoms among African American boys. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 32(2), 258-266.
- Ribeiro, E. O. (2017). Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. *Odeere*, 2(4), 166-178.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paulista de enfermagem*, 20(2), 5-6.
- Santos, M. R. D. *Histórias de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser*. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Santos, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Santos, G. D., Santos, M. R. M., & Marchezini-Cunha, V. (2012). A escuta cautelosa nos encontros iniciais: A importância do clínico analítico-comportamental ficar sob controle das nuances do comportamento verbal. *Clínica analítico comportamental: Aspectos teóricos e práticos*, 138-146.
- Sério, T., Micheletto, N., Gioia, P., & Benevuti, M. C. (2009). Análise do Comportamento: Questões Introdutórias. *São Paulo*.
- Sidman, D. The Digital Object Identifier: The Keystone for Digital Rights Management. SIIA-DOI and DRM Working Group, 2001.
- Skinner, B. (2011). Frederic. Sobre o Behaviorismo.
- Skinner, B. F. (1980). *Contingências do reforço: uma análise teórica*. São Paulo: Abril Cultural.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (Vol. 10). São Paulo: Martins Fontes.



Smolen, J. R., & Araújo, E. M. D. (2017). Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & saúde coletiva*, 22, 4021-4030.

Souza, N. S. (1983). Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Tavares, J. S. C., & Kuratani, S. M. D. A. (2019). Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39.

Trindade Coelho, C., & Rios, A. M. (2022). As vivências no sul e no sudeste do Brasil na perspectiva da enfermagem e da psicologia frente à descolonização na saúde pública brasileira. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14213.

Vandenberghe, L. (2014). A interpretação dos sonhos revisitada. *Perspectivas em análise do comportamento*, 5(2), 70-77.

Werneck, J. et al. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. São Paulo: Trama Design, 2013.

Zamora, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24, 563-578.

Zilio, D. (2011). Consciência verbal, não-verbal e fenomênica: uma proposta de extensão conceitual no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 13(1), 4-19.